

Manifesto da Esperança: Não à privatização dos Parques Estaduais

“A terra não será vendida, pois a terra me pertence e vós sois para mim estrangeiros e hóspedes”
(Lv 25,23)

Nosso querido Papa Francisco proclamou o ano de 2025 como ano Jubilar. Fazendo ecoar a palavra antiga dos profetas, o Jubileu lembra que os bens da terra se destinam a todos, e não a poucos privilegiados. (SnC 16)

Um dos pilares do Ano Jubilar é o descanso necessário da Terra e a destinação universal de seu uso, para o bem de todas as criaturas, como encontramos no capítulo 25 do livro de Levítico. Afinal, Deus criou a Terra para ser a Casa Comum de todos os seres vivos e, seguindo essa inspiração bíblica, o Ensino Social da Igreja tem como princípio basilar a destinação universal dos bens e não a sua apropriação privada e a sua espoliação.

Tendo em vista as motivações da Campanha da “Fraternidade” 2025, nos juntamos aos ambientalistas, cientistas, comunidades tradicionais e demais segmentos da sociedade capixaba para nos manifestarmos contrários às iniciativas do Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, com o objetivo de conceder à iniciativa privada autorização para explorar economicamente seis parques estaduais: Cachoeira da Fumaça, Forno Grande, Itaúnas, Mata das Flores, Paulo Cesar Vinha e Pedra Azul.

Esses parques gozam de proteção sob o ponto de vista ambiental, prevista em leis e decretos nacionais (Lei nº 6.938/81; Lei nº 9.985/2000; Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979), e por norma jurídica estadual que instituiu o tombamento da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados (resolução nº 03/1991, do Conselho Estadual de Cultura).

Lembramos que o artigo 225 da nossa Constituição Federal prevê que o meio ambiente deve ser de uso comum do povo e que todos/as têm direito a ele, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF, 1988).

Queremos que nossos parques e reservas ecológicas sejam patrimônio de todos e todas e tais concessões apresentam um elevado potencial de destruição do nosso patrimônio natural, logo, uma maior degradação da nossa Casa Comum.

Como cristãos, afirmamos que nossos parques e reservas ecológicas são um dom de Deus para todos os capixabas e queremos que eles continuem assim, pertencendo a todas as pessoas. Não é justo que eles sejam tratados como mercadorias, explorados por grupos privados e que dificultem ou impeçam o acesso dos mais empobrecidos. Por isso, com este MANIFESTO, alimentamos a ESPERANÇA de que essas iniciativas sejam interrompidas imediatamente pelo Governo do Estado, estabelecendo um amplo diálogo com toda a sociedade capixaba, principalmente com os movimentos ambientais, a academia e as populações atingidas.

Vitória – 09 de março de 2025